

A CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA SOCIAL NO PROCESSO DE METAMORFOSE DA IDENTIDADE TRANSEXUAL

**¹Caroline de Oliveira Pirozzi¹, Suellen Cristina Zampronio Calimério¹,
Tatiana de Oliveira Paes¹, Jeferson Ulisses Barreto Laurindo¹,
Hugo Tanizaka¹**

¹Universidade Univeritas - UnG1

Praça Tereza Cristina, 88, Guarulhos, SP

tatiopaes@hotmail.com

Resumo

A transexualidade é definida como o desejo de viver e ser aceito como uma pessoa do sexo oposto. Este artigo trata da identificação das características da identidade transexual, assim como a influência das demandas sociais no processo de metamorfose. O estudo alude como a psicologia, militante da inclusão, pode contribuir para que esta população possa gozar de seus plenos direitos, diminuindo o preconceito auferindo autonomia. Por meio de revisão de literatura constatou-se que é necessário oferecer condições para que esses indivíduos possam viver a metamorfose, concebendo que a transexualidade seja incluída dentre uma das identidades de gênero, assim como o emprego de intervenções a partir da diversidade das experiências vividas, que atuem em direção a proteção e preservação dos direitos tocantes à população transexual.

Palavras-chaves: Gênero, Autonomia, Transexualidade

Abstract

Transsexuality is defined as the desire to live and be accepted as a person of the opposite sex. This article deals with the identification of the characteristics of transsexual identity, as well as the influence of social demands on the process of metamorphosis. The study mentions how psychology, a militant of inclusion can contribute to this population can enjoy their full rights, reducing prejudice and gaining autonomy. Through a literature review, it was verified that it is necessary to offer conditions so that these individuals can live the metamorphosis, conceiving that transsexuality be included among one of the gender identities, as well as the use of interventions based on the diversity of experiences, that act towards the protection and preservation of the rights touching on the transsexual population.

Keywords: Gender, Autonomy, Transsexuality.

Introdução

O presente estudo pretende discutir em que medida a identidade de gênero e a transexualidade estão relacionadas, bem como, quais as ferramentas necessárias para o psicólogo ser um agente promotor de desenvolvimento e autonomia da população transsexual, alcançando a minimização do preconceito e exclusão dessa população.

A discussão do tema é de grande valia, visto que ainda que diante da mudança no Manual de Doenças Mentais (DSM V) de Transtorno de Identidade de Gênero para Disforia de Gênero, a população transsexual continua a apresentar altos índices de adoecimento psicológico, fisiológico e sociológico, o que acaba por repercutirem todos os âmbitos da vida do indivíduo, dificultando ainda mais sua integração social e no mercado de trabalho, ou seja, na conquista de sua autonomia.

Desta forma, se faz necessário compreender que o termo “gênero” é usado para representar a diferença social e psicológica entre homens e mulheres. Deste modo, a identidade de gênero, como dito, se refere a identificação que a pessoa tem por determinado gênero - homem, mulher, ambos ou nenhum. Ou seja, é a maneira como a pessoa se sente e se percebe, assim como a forma que esta deseja ser reconhecida pelas outras pessoas. Logo, no caso das pessoas transsexuais a identidade de gênero não corresponde ao sexo biológico. Assim, o homem, com os órgãos sexuais masculinos, sente-se uma mulher. Uma mulher no corpo de um homem e vice-versa

Sendo assim, Considerando o Art. 5º da Constituição Federal onde menciona que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”, e que lhes são garantidos a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”, além do que é dito no DSM V, onde confirma que a transgeneridade não é um distúrbio mental, qualquer tentativa de patologização do transgênero pode representar uma violação dos direitos humanos do indivíduo. Visto isso elevando em consideração que a psicologia é um campo da ciência, e que logo por ciência, trata-se de um campo em constante evolução, uma revisão ou atualização sobre os conceitos das no-

vas formas de gênero é de grande valia, uma vez que a sociedade contemporânea possui uma demanda diferente das passadas.

Além disso, a psicologia deve contribuir na luta pela despatologização das Identidades Trans nos conselhos de classe, associações profissionais e cursos de psicologia; também criando redes de profissionais que possam atender respeitosamente as pessoas transsexuais em seus consultórios devido o sofrimento decorrente de diversas situações de preconceito e abandono inclusive no âmbito familiar ou ainda devido a necessidade da emissão de laudos ou relatórios psicológicos para subsidiar cirurgias transexualizadas.

Fundamentação Teórica

Construção da identidade transsexual

A sexualidade humana vem demonstrando desde sua origem inúmeras formas de manifestação, o desejo de mudar de sexo, por exemplo, existe muito antes de surgir o termo “transexualidade”, porém apenas em 1950 por meio de Harry Benjamin o termo se tornou conhecido e utilizado nos meios acadêmicos e sociais (MIRANDA, 2015).

Entretanto, ainda que haja um grande número de estudos e teorias biológicas ou não biológicas sobre a transexualidade, sua origem permanece desconhecida. Dentre as diversas teorias, o psicanalista Robert Stoller (1982) coloca que o transexual é uma pessoa anatomicamente normal que tem o sentimento de pertencer ao sexo oposto e deseja mudar de sexo, tendo consciência de seu sexo biológico, e que não manifesta distúrbios delirantes. Além disso, o transexual masculino não vive conflito edípico, pois não precisa rivalizar com o pai, pois sua mãe é sua extensão, e está o tem como seu falo.

Este autor, classifica a transexualidade como: a transexualidade primária e a transexualidade secundária.

Os transsexuais primários são homens anatômica e fisiologicamente normais, com relatos de terem sido femininos por toda a sua vida, sem episódios de masculinidade. Em geral não têm vida sexual ativa devido ao constrangimento que sen-

tem em relação aos seus genitais. Os transexuais secundários apresentam episódios de comportamento masculino e está presente experiências de prazer com os genitais masculinos. STOLLER (1993 apud YOSHIDA; SOUSA; CORDEIRO, 2001 p. 95).

Ainda na mesma década, Trevisan (1986) menciona que alguns grupos organizados defendiam que a homossexualidade não era algo inato, mas um aspecto de circunstância. Já anos mais tarde, em um contexto biológico, pesquisas apontam indícios para a teoria hormonal, que menciona que de 4 a 8 semanas depois da fecundação, a mãe libera um hormônio sexual no embrião que será responsável pela orientação sexual do indivíduo. Se a combinação entre o sexo do embrião e o hormônio concomitar, o indivíduo será heterossexual. Se não, será homossexual. Entretanto, ainda que haja diversas teorias sobre a origem da transexualidade, como todos os demais seres humanos, a vida de um transexual passa pelas fases do desenvolvimento psicossocial, não devendo ser imposta uma delimitação de uma identidade homossexual, visto que ao fazê-lo corre-se o risco de se seguir apenas uma norma (RIBEIRO, 2010; MADLENER; DINIS, 2007).

Identidade

Poder-se-ia explicar o conceito identidade das mais variadas formas e sob os mais variados prismas teóricos. Preferiu-se, entretanto, expor as questões que envolvem sua conceituação e aplicação aos movimentos baseados na conceituação de Ciampa (2007) que como psicólogo, compreende a identidade como metamorfose, destacando a história pessoal dos sujeitos, história permeada pelo contexto histórico e social. A partir da elaboração das ideias de metamorfose humana criadas por Ciampa e Lima (2010) afirmando que se poderia explicar tanto como se dava a construção das desigualdades e dos problemas sociais, como, de qual forma surge as resistências individuais. Para Ciampa, a identidade é consequência das relações e suas condições, ou seja, a identidade é a resposta dada cada momento. Assim, a identidade está em contínuo processo, uma metamorfose permanente (PACHECO; CIAMPA, 2006).

O autor descreve a identidade como forma de diferença e igualdade, visto termos aspectos que nos igualam, como nosso sobrenome, e que nos diferenciam, como nosso nome. O autor ainda menciona que

como forma de identidade está a questão de possuímos várias identidades, ora filho, ora pai por exemplo. Identidades que são utilizadas em momentos diferentes, mas que constituem nosso eu (CIAMPA, 2012).

Pressuposições sobre a identidade de alguém são formadas pelos pais antes mesmo de seu nascimento, contudo, é importante lembrar que há outras expectativas que também constituem uma rede, como as relações sociais, trabalho, gênero, religião, etnia, faixa etária, etc. Assim sendo, quanto maior o conformismo com as convicções sociais, mais as identidades pressupostas são repostas, ou sejam são reproduzidas consolidando as tradições como algo natural. É como se a partir de um determinado momento a metamorfose deixasse de ocorrer e o indivíduo ficasse na “mesmice”. Prisioneiro de um personagem que lhe atribuíram, e com o qual ele se identifica (PACHECO; CIAMPA, 2006).

Entretanto, é neste momento em que a identidade é percebida como estática, imutável, que ela está sendo alterada pelas ações que a norma social e a ideologia estabelecem como adequados, é este processo de reposição que sustenta a mesmice. É o que Ciampa (2007) nomeia de identidade “mito”, onde o indivíduo reproduz o social sem questionamento ou responsabilidade com relação a sua identidade e que impede a emancipação.

O desenvolvimento dessa identidade é possível através da interação dos personagens assumidos pelo indivíduo, ou seja, é o fato de se permitir abandonar um personagem, para que outro surja. Permitindo assim, a superação da antiga identidade e a concretização da metamorfose na busca da emancipação (PACHECO; CIAMPA, 2006).

Dessa forma, a metamorfose pode seguir diferentes sentidos:

1. Quando segue sem questionamento, o indivíduo ao repor a identidade pressuposta fica prisioneiro de um personagem, permanecendo na mesmice e o impedido de ter novas experiências.
2. Quando ocorre a degradação, o indivíduo incorpora uma opinião ruim atribuída pelos outros, deteriorando sua identidade com ações preconceituosas e discriminatórias.

3. Quando ocorre como superação, momento em que o indivíduo se liberta de valores impostos pela sociedade, possibilitando-o a ser autônomo na realização de suas metas e desejos. Ocorrendo então uma autorreflexão e autodeterminação, ou seja, “ser-para-si”. Sendo este “ser-para-si” um movimento de autodeterminação que faz com que o indivíduo busque o outro que quer ser, e que este outro tenha reconhecimento social, de tal forma que esta nova criação tenha participação de co-autoria coletiva, alcançando assim, a diminuição dos preconceitos estigmatizantes. (PACHECO; CIAMPA, 2006).

Assim sendo, a identidade é movimento, é desenvolvimento do concreto. Identidade é metamorfose. É sermos Um e um Outro, para que cheguemos a ser Um, numa infundável transformação (CIAMPA, 2012).

Metamorfose

A ideia de “Eu nasci assim, eu cresci assim. Eu sou mesmo assim, vou ser sempre assim”, é no mínimo equivocada. Afinal, no mínimo ficamos mais velhos, ou percebemos nos outros, características que antes não havíamos tido conhecimento. Nossa primeira noção de identidade consiste na diferença e igualdade que permeia todo o processo que chamamos de vida, nos diferenciando e nos igualando conforme os grupos sociais a qual fazemos parte. Geraldo assim uma identificação para com o grupo, o que não significa uma imutabilidade. A formação de nossa identidade, assim como a de um filho para com seu pai, de um lado é consequência das relações que se dão, do outro, uma condição dessas relações. Ou seja, vivemos em uma eterna metamorfose, onde nossa identidade é reposta a cada momento (PACHECO; CIAMPA, 2006).

Entretanto, a posição em que ocupo na sociedade, ou o “eu ser-posto”, como titula Ciampa (2012) me identifica frente a sociedade, me dotando de certos atributos que dão ao indivíduo uma identidade formalmente atemporal. Dessa forma, cada posição faz com que a existência seja a unidade das múltiplas determinações a qual o sujeito fará parte. Ou seja, todo o indivíduo comparece diante de outro como uma representação de sua totalidade, ainda que a visão de si ou a do outro se divirjam. Isso se dá porque cada comparecimento do indivíduo frente a outrem envolve representação num tríplice sentido:

1. O indivíduo representa enquanto está sendo representante dele mesmo;
2. O indivíduo representa, enquanto desempenha seus papéis, ocultando assim outras partes não contidas na identidade pressuposta e reposta.
3. O indivíduo representa enquanto repõe no presente o que tem sido, encobrendo seu verdadeiro caráter substancial (CIAMPA, 2012).

Essa terceira representação, onde o indivíduo representa o outro “outro”, que também é ele, consiste na supressão de sua identidade e no desenvolvimento de uma identidade dada como a metamorfose, onde através da negação o indivíduo pode se representar diferente de seu ser real, afim de ser ele plenamente. Assim sendo, “o ser o que é, implica o seu desenvolvimento concreto; a superação dialética da contradição que opõe Um ao Outro fazendo devir um outro que é Um que contem ambos” (CIAMPA, 2012).

Gênero e sexualidade

Além da identidade, o indivíduo também é composto de gênero e de sua sexualidade. De acordo com Oliveira (2021) a humanidade é formada por seres plurais e diversos, e essa forma de ser aplica-se também na maneira como nos relacionamos, criando assim inúmeras possibilidades do que hoje consideramos como o “certo” ou “normal”. Para que haja uma melhor compreensão vamos elencar a diversidade sexual a partir de três eixos fundamentais:

1. Sexo biológico: É constituído pelas características fenotípicas (órgãos genitais externos, órgãos reprodutores internos, mamas, barbas) e genotípicas (genes masculino e feminino).
2. Identidade de gênero: Conjunto de fatores internos e externos que juntamente com sua cultura formam a identidade do ser humano.
3. Orientação Sexual: Manifestação íntima de um desejo erótico.

No âmbito da sexualidade, é importante ressaltar que sexualidade não é sexo, o sexo tem começo, meio e fim, já a sexualidade não é vivida apenas durante o ato sexual, ela é uma forma de ser, de se vestir, de se olhar e gosta do que vê ou não (BORGES; NAKAMURA, 2009).

E que a orientação sexual existe sem que a pessoa tenha controle sobre ela, não se tratando, portanto, de algo que se escolhe voluntariamente ou se modifique segundo as convivências, ainda que as mesmas estejam sempre em constante transformação. Da mesma forma, a noção de gênero consiste no modo como o indivíduo se identifica com o seu gênero. Em suma, representa como a pessoa se reconhece: homem, mulher, ambos ou nenhum dos gêneros. Esse termo foi introduzido pela primeira vez em 1950, quando pesquisadores investigaram as relações entre identidade nuclear de um indivíduo e sua anatomia. Neste ponto decidiu-se que o sexo deveria ser definido através das características biológicas em crianças, e nos adultos a referência seria o gênero manifesto (OLIVEIRA, 2021).

Porém, o termo gênero começou a ser utilizado pela teoria social na década de 1970 como forma de propor novas maneiras de pensar as noções de feminino e masculino, além das explicações biológicas, inserindo-se agora, também nas relações sociais de poder. Com isso, através dos estudos acadêmicos chegou-se à conclusão de que havia na prática, maneiras diversas de entender o feminino e o masculino devido as diferentes culturas, momentos históricos, regiões e etc. (GOMES et al., 2018).

Para Scott (1995) gênero é um elemento constituído das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos. Ou seja, o que determina a identidade de gênero é a maneira como a pessoa se sente e se percebe, assim como a forma que esta deseja ser reconhecida pelas outras pessoas. Deste modo, a identidade de gênero, como dito, se refere à identificação que a pessoa tem por determinado gênero - homem, mulher, ambos ou nenhum. Por outro lado, a orientação sexual depende do gênero que a pessoa sente atração sexual. De acordo com Jesus (2012) a identidade de gênero pode ser medida em diferentes graus de masculinidade ou feminilidade, sendo que estes podem mudar ao decorrer da vida, de acordo com alguns psicólogos.

Existem três principais tipos de identidade de gênero: transgêneros, cisgêneros e não-binários. No caso das pessoas transexuais a identidade de gênero não corresponde ao sexo biológico. Assim, o homem, com os órgãos sexuais masculinos, sente-se uma mulher. (Uma mulher no corpo de um homem). A mulher, com os órgãos sexuais femininos, sente-se um homem

(Um homem no corpo de uma mulher). O cisgênero por sua vez, consiste no indivíduo que se identifica com o seu “gênero de nascença”. Por exemplo: um indivíduo que possui características biológicas típicas do gênero masculino e que se identifica (socialmente e psicologicamente) como um homem.

Desta forma, pode-se dizer que trata-se de um homem cisgênero. Já o não-binário é a classificação que caracteriza a mistura entre masculino e feminino, ou a total indiferença entre ambos. Os indivíduos não-binários ultrapassam os papéis sociais que são atribuídos aos gêneros, criando uma terceira identidade que foge do padrão “homem-mulher” (JESUS, 2012).

Diferente do que se acha, o transgênero é onipresente em toda a história da humanidade e ao contrário do que se pensava erroneamente no passado, a transgeneridade não é um distúrbio mental ou transtorno como descrito no DSM – V. Além disso, qualquer tentativa de patologização do transgênero pode representar uma violação dos direitos humanos do indivíduo, além de aumentar o sofrimento já originário de viver com a genitália que não se adequa ao seu sentimento de pertencer. Muita gente confunde transgênero com o transexual, no entanto o transgênero é o grande guarda-chuva, que contempla travestis, transexuais, não-binários, crossdressers, dragqueens e etc; por sua vez o transexual são pessoas que estão em trânsito entre os gêneros (masculino e feminino), ou seja, que transgridem as normas de gênero impostas pela cultura, estão para além do feminino e para além do masculino (LANZ, 2014).

Essa transgressão, faz com que grande parte dos transgêneros sofram discriminação em diversos lugares públicos e privados. Mas se no senso comum as diferenças entre gêneros são interpretadas como normais e determinada pelo corpo, porque isso ocorre? Ocorre porque como já estudo nas ciências sociais, tais diferenças são socialmente construídas. Isso significa dizer que não há um padrão para comportamento. Significa dizer, que as desigualdades ocorrem porque atribuídos valores diferentes para os comportamentos e atitudes dos indivíduos.

Com isso, o conceito de gênero nos ajuda a mostrar que há diversidade nas relações sociais e que podemos ter relações mais igualitárias com novas possibilidades na vida social, afetiva e sexual (OLIVEIRA, 2021).

Compreender o processo de inclusão e exclusão do transexual nas instituições de ensino, mercado de trabalho, serviços de saúde e no âmbito familiar.

Acesso a Educação

A escola é um espaço indispensável para a constituição do ser humano como cidadão porém nas práticas pedagógicas o que se observa em relação a discussão sobre sexualidade, são aulas restritas de biologia ou educação sexual, sendo focalizada na anatomia dos corpos de mulheres e homens, além da prevenção de doenças sexualmente transmissíveis nas práticas heterossexuais e a reprodução humana como questão central. Regularmente são ignoradas outras dimensões da sexualidade, silenciando assim a diversidade sexual e a padronização nas representações de gênero e familiares, limitando outras possibilidades de orientação do desejo.

A heteronormatividade pressupõe a exclusão das sexualidades não heterossexuais, produzindo assim uma violência não declarada. Nesse sentido, a escola contribui por meio de suas práticas, para a continuidade da estereotipização e inflexibilidade nas relações sociais de gênero, quando conecta as relações de gênero na heteronormatividade, conforme entrelaçam as identidades sexuais em comportamentos que cercam a virilidade e classificados como típico da masculinidade, assim como a delicadeza e recato na hipótese da feminilidade. Essas concepções fortalecem uma relação direta entre obediência aos papéis determinados e heterossexualidade de uma pessoa, devendo estar combinada entre sexo biológico e identidade de gênero. Conseqüentemente, o sujeito que não se encaixa nesse modelo, é diretamente associado à identidade sexual homossexual, na lógica heteronormativa (NATAL-NETO; MACEDO; BICALHO, 2021).

Vemos essas práticas desde a Educação Infantil na postura dos profissionais escolares quando realizam demarcação de brinquedos e espaços, a divisão de tarefas por gênero, a verbalização das possibilidades distinguida em relação a meninos e meninas. Sendo reproduzido por diversas vezes em ambientes variados as crianças aprendem o que conhecemos como apartação, não aludido somente à separação física, mas sim às relações de gênero, podendo resultar em aprofundamento das desigualdades, pois os comportamentos

que realçam as supostas diferenças se conservam. Essa compreensão dualista e sólida das relações de gênero fomenta a exclusão singularmente da população de transgêneros, da qual a evasão é alta e prematura (PICCHETTI, 2012).

A erradicação da violência concreta, ainda que importante, não é bastante para erradicação dos déficits pedagógicos e o martírio ocasionados pela maneira enviesada e regulamentária de olhar para a sexualidade e para as relações de gênero, na qual são denunciadas no aparecimento de queixas e evasão escolar. A heterossexualidade tem de ser incluída dentre as mais uma das orientações sexuais, ocupando assim aulas de educação sexual e outros espaços educativos, para que possa ser impelida a interrupção da lógica heteronormativa (NATAL-NETO; MACEDO; BICALHO, 2021).

Acesso ao mercado de trabalho formal

Segundo Pizzi, Pereira e Rodrigues (2017) nos últimos anos, o mercado de trabalho brasileiro luta contra grandes dificuldades, acarretando a diminuição de postos de trabalho por conta da globalização como tecnologia, automação, estruturação que busca reduzir custos e produção com diminuição da força de trabalho, assim como a crise interna gerada por fatores políticos e profunda recessão da economia.

Desta forma, o mercado de trabalho ficou mais concorrido, demandando um perfil mais qualificado e multifuncional. Porém a idealização de concorrência igualitária e meritocrática que surgiu nesse cenário nem sempre são precisas, aspirando que o mercado atribua o sexo masculino de cor branca como perfil prioritário.

Deste modo, candidatos que saiam desse padrão tendem a ser apartados, o que ocorre com pessoas transexuais, sendo na maioria das vezes o caminho da prostituição o mais oportuno. Casualmente, poucas transgêneros atingem status com maior expressão no mercado de trabalho, tem que lidar com diversos preconceitos diante de sua condição.

Mesmo com inúmeras normas nacionais e internacionais estabelecendo responsabilidade das múltiplas representações sociais, incluindo as empresas, pela preservação dos direitos humanos não se trata apenas desse viés, é necessário que as organizações vá

além percebendo o cenário e as particularidades em que estão inseridas a população transexual. A dificuldade se inicia com a invisibilidade unida à falta de conhecimento sobre o significado de identidade de gênero, que regularmente é equivocada com orientação sexual, prejudicando além do entendimento dos problemas inerentes das pessoas trans, como inclusive o reconhecimento de sua existência, ocorrendo uma sub-representação inclusive nas empresas.

O principal obstáculo deriva porque homens e mulheres trans não são vistas como homens e mulheres “de verdade”, além de serem rotuladas e vinculadas a atitudes tidas como socialmente condenadas, como ligadas com drogas, violência e prostituição. Em função disso, se deparam com resistências para acessar e manter-se no mercado de trabalho (ALMEIDA; VASCONCELLOS, 2018).

Mesmo sendo assegurado constitucionalmente, o acesso ao trabalho previsto no caput do art. 6º claramente acontece a segregação e exclusão do cidadão em razão de sua identidade de gênero. As dificuldades ocorrem devido falta de qualificação por falta de acesso aos estudos mas preferencialmente devido sua aparência, sendo tratados como alguém que possui uma doença.

A primeira barreira encontrada ao ingressar em uma vaga de emprego é a questão do seu nome social, embora autorizado pelo Superior Tribunal Federal a mudança do nome no registro civil em primeiro de março de 2018, sem a necessidade de realização de cirurgia de mudança de sexo e podendo ser feita em cartório muitos ainda possuem os documentos sem alterações, embora seja um avanço trazendo mais respeito ainda é insuficiente para a diminuição do preconceito. Além da dificuldade na exigência do certificado de reservista no caso de mulheres transexuais (ALMEIDA; VASCONCELLOS, 2018).

Ocorre também quando um transgênero tem acesso ao trabalho formal tem seus direitos cessado e sua voz calada surgindo um conjunto de discriminações para que ele não assuma sua identidade de gênero no local de trabalho, os preconceitos vividos são violência, perseguição, assédio moral, falta de oportunidade de crescimento, desrespeito, são alvo de fofocas assim como comentários maldosos e piadas preconceituosas. Ou ainda quando as pessoas ficam sabendo da transexualidade, ela vira “atração” no ambiente (PIZZI; PEREIRA; RODRIGUES, 2017).

Com medo de serem demitidas muitas pessoas transexuais não realizam ou adiam sua transição pela questão da transfobia, preconceito em relação ao transgênero. Outra forma de desprezo e negação da identidade de gênero concerne as objeções de utilização dos banheiros, vestiários ou uniformes correspondente com sua identidade de gênero, sendo uma barreira à continuidade de pessoas trans no emprego por se sentirem regularmente constrangidas.

Um novo elemento que é um desafio para a inserção do trans no mercado de trabalho é seu próprio corpo, além de serem imediatamente reconhecidas como transexuais por demonstrarem especificidades no corpo, na voz e maneirismos, quanto por ventura não conhecimento das regras de etiqueta profissional, por exemplo, fazer uso de gírias ligadas a comunidade LGBTI. É preciso trazer reflexões dentro das organizações para que cada vez mais a diversidade seja aceita dando possibilidades, àqueles que desejam a equivalência e inclusão. (PIZZI; PEREIRA; RODRIGUES, 2017).

Acesso integral aos serviços de saúde

Mesmo com a existência de políticas públicas voltadas para a garantia ao direito de acesso integral aos serviços de saúde essa ainda não é uma realidade vivida no cotidiano dos transexuais, que ainda são bastante vulneráveis social e individualmente ao adoecimento.

As pessoas transgênero precisam realizar intervenções em seus corpos a fim de obter uma estrutura física que corresponda com sua identidade de gênero. A modificação pode acontecer com uso de hormônios, aplicações de silicone industrial, cirurgias plásticas, por exemplo, histerectomias para remoção do sistema reprodutor feminino, mastectomia para retirada das mamas, transgenitalização para mudança de sexo (ROCON et al., 2018).

Nessa perspectiva, mulheres e homens trans requerem ao Estado e aos serviços públicos de saúde assistência especializada que entenda tal necessidade no processo de transição de gênero. Então pelas dificuldades no acesso aos recursos para a transformação do corpo, adicionadas às dificuldades financeiras de arcar com os gastos na rede privada gera adoecimento nessa população. Expostos à essas circunstân-

cias fazem uso de hormônios sem acompanhamento médico, gerando complicações físicas e psicológicas (ROCON et al., 2018).

No Brasil, na presença dessas ocorrências, o Ministério da Saúde, em 2008 por meio da Portaria número 1707/GM/MS, de 18 de agosto de 2008 e da Portaria número 457/SAS/MS, de 19 de agosto de 2008 elaborou o Processo Transsexualizador do Sistema Único de Saúde pautando pela ampliação do atendimento especializado às pessoas transexuais, pelo acolhimento sem discriminação.

No atendimento de atenção básica, não focada apenas nos procedimentos cirúrgicos e hospitalares mas na estruturação dos serviços de atenção ambulatorial, nos protocolos clínicos de atendimento no quesito do processo transsexualizador foi divulgada a Portaria número 1.579, de 31 de julho de 2013. A redefinição e ampliação do Processo Transsexualizador no Sistema Único de Saúde ocorreu em 19 de novembro de 2013 com a publicação da Portaria número 2.803, inserindo-se no quadro da Política Nacional de Saúde Integral LGBT garantindo assim, acesso a todas as pessoas que carecem dessa forma de cuidado. Esse cuidado inicia-se com profissionais de saúde que deveriam acolher com humanização e respeito ao uso do nome social e quando necessário referenciá-los para a Atenção Especializada formada por unidades ambulatoriais e hospitalares que ofereçam serviços de ajuda como: acesso às consultas e exames especializados, cirurgias, medicamentos, próteses e atendimento de urgência. Devendo estar o mais próximo possível do local de residência ou trabalhos desses indivíduos.

Porém, o que se vê como realidade, além da demora, no atendimento é evidenciado o caráter experimental das cirurgias de transgenitalização, conhecida como cirurgia para mudança de sexo. A questão da invisibilização reduzida apenas em gênero, corpo, sexualidade e desejo.

Outro impasse vivido em relação à universalização desses procedimentos oferecidos na rede pública, é o acesso ao processo de diagnóstico. O regulador que favorece os serviços transgenitalizadores no Brasil baseiam-se em características sobre “ser homem/mulher de verdade”, sendo assim a equipe multidisciplinar fica condicionada no auxílio e reconhecimento da população trans nos serviços de saúde e ficariam incumbidos da necessidade de encontrar um “transsexual

de verdade”, que reproduza na anatomia do corpo o gênero binário (ROCON et al., 2018).

Teoricamente, o método utilizado na realização do diagnóstico visa proteger os pacientes de um possível remorso sobre sua escolha em ações irreversíveis, poupando-os de decisões equivocadas. Há aqui também um impasse no movimento da despatologização devido ao medo de ocorrer o fim desses serviços ofertados por isso há uma reivindicação para além da promessa de cirurgias e hormônios, mas sim serviços capazes de oferecer uma atenção integral em saúde, baseada em autonomia e respeito ao progresso de mudança no gênero de tais pacientes (ROCON et al., 2018).

Apesar das novas concepções e práticas da saúde, o que deve ser considerado é um sujeito biopsicossocial, pois a transexualidade ainda encontra-se inserida no modelo biomédico, que divide mente\corpo, na qual a inserção de práticas psicológicas se formam como medidas paliativas ao modelo principal enfraquecendo a autonomia, autoestima, sentimento de pertencimento e cidadania do transexual. Nesse sentido, é preciso que os transexuais sejam acolhidos e tratados nos serviços de saúde, desde a atenção primária seguindo os preceitos da universalidade, integralidade e equidade da atenção, princípios preservados pelo Sistema Único de Saúde (SUS); preconizados constitucionalmente desde 1988 e afirmados pela Lei nº 8.080, de 1990 pois a maioria ainda enfrenta uma grande resistência institucional devido além do preconceito, a homofobia e discriminação impregnadas em algumas práticas de saúde, a assistência de qualidade se inicia ao transexual pela identificação do sofrimento psíquico e a importância de tratar igualmente os desiguais como forma de justiça social e erradicação da exclusão (MAKSUD; PASSOS; PEGORARO, 2014).

Âmbito familiar

Diversas famílias constatarem dificuldades na aceitação da transexualidade, fatores como religiosidade, moral e o adequado conhecimento sobre a questão colaboram para ocasionar a ruptura dessa família com o indivíduo transexual. Em um local que deveria imperar a compreensão, acolhimento, afeto e proteção são trocados por exclusão e preconceito e até mesmo a expulsão de casa como punição por sua iden-

tidade de gênero, tornando a intolerância e opressão bastante intensos, fazendo com que o transexual tenha contato com a transfobia prematuramente, dentro de sua própria casa. A rede de apoio para transexuais é divergente comparada às demais existentes, uma vez que os familiares sentem vergonha e desconhecem a forma de lidar com a questão.

Esta falta de conhecimento e sobre transexualidade provoca no modo que o sujeito se percebe e passa a integrar seu corpo, moldando a sua forma de viver. Esta violência que provém do âmbito familiar e sucessivamente da própria sociedade complica os direitos da personalidade e a dignidade humana gerando assim danos à integridade física e psicológica desse transexual (CARDIN; BENVENUTO, 2013).

A família possui uma função social para com seu membros, pois possibilita a formação da pessoa por meio do exercício da afetividade, sendo perturbada quando ocorre atos discriminatórios, não proporcionando a realização pessoal, conseqüentemente acabarão por se deparar com falta de flexibilidade, uma vez que sua condição social é diferente de sua identidade sexual, dificultando o seu maior direito, a condição de realizar-se.

Em um processo de estigmatização e inferiorização pelos seus entes familiares por sua condição conflituosa, torna o transexual um ser invisível aos olhos da sociedade e do Estado, tendo seus direitos da personalidade e fundamentais violados. No seio familiar é fundamental o apoio da família para que a pessoa transexual tenha qualidade de vida e força para que possa vencer os preconceitos (PARDINI; OLIVEIRA, 2017).

Metodologia

Para apresentar a contribuição da psicologia social no universo transexual, o presente estudo foi realizado por meio de revisão bibliográfica, sendo a análise crítica e ampla das publicações correntes em uma determinada área, no qual tem por finalidade conhecer as diversas formas de contribuição científica que se realizaram sobre o assunto escolhido (GIL, 2008).

O levantamento foi realizado por meio de consulta de palavras chave na base de dados BVS (Biblioteca Virtual em Saúde) DeCS (Descritores em Ciências da Saúde) dos seguintes termos: Gênero, autonomia,

transexualidade, inclusão e preconceito. Seguido do mapeamento de busca no Catálogo de Teses da Fundação CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

Como critério de exclusão foram pesquisas que falavam de travestis, população no qual não se enquadrava na pesquisa. Utilizou-se obras no idioma português entre 1984 a 2018. Para a realização deste estudo foram utilizados 28 obras científicas como referência. Esses artigos, dissertações, teses, e-books e anais foram encontrados na base de dados Scielo (Scientific Electronic Library Online), Bireme (Biblioteca Virtual em Saúde) e LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde) servindo como instrumento para a busca de dados. Após a análise dos dados, foi realizada a leitura do material, sendo as principais informações compiladas.

Discussão dos Resultados

A transexualidade é um fenômeno complexo e universal, definida como o desejo de viver e ser aceito como uma pessoa do sexo oposto. O que parece ser apenas uma escolha individual, traz ao sujeito grandes desafios em seu meio social, já que ao expor tal escolha ele carrega consigo estigmas e preconceitos de uma sociedade que ainda está em formação do que é “certo” ou “normal” (STOLLER, 1982; OLIVEIRA, 2021).

Ciampa (2007, 2012) compreende a identidade como metamorfose, ressaltando a história pessoal do sujeito, história permeada pelo contexto histórico e social. Dessa forma, a identidade é a resposta dada a cada momento de vida do sujeito. Entretanto, a posição em que o sujeito ocupa na sociedade, ou o “eu ser-posto”, lhe dará certos atributos que formará uma identidade formalmente atemporal. Dessa forma, todo o indivíduo comparece diante de outro como uma representação de sua totalidade.

Entretanto, ainda que o transexual, se apresente ao outro em sua totalidade, buscando ser aceito como indivíduo, o outro muitas vezes o vê como alguém que transgride as normas de gênero impostas pela cultura, ou seja, estão para além do feminino e para além do masculino. Essa visão de transgressão, acarreta diversas ações de discriminação tanto em lugares públicos, quanto em seu próprio lar. No Brasil, um dos países mais intolerantes do mundo, a invisibilidade dos transexuais perante o poder público, fomenta ainda mais

as manifestações de preconceito. Por este motivo, a possibilidade de discutir sobre o tema de forma não discriminatória, a ponto de se trabalhar com o conformismo e as convicções sociais, que são reproduzidas e consolidadas sem ao menos serem questionadas, podem alcançar visões mais adequadas sobre o papel do transexual em nossa sociedade (LANZ, 2014; PACHECO; CIAMPA, 2006).

Além disso, o psicólogo tem muito a contribuir no processo de conceituação de identidade e na orientação das demandas desse importante movimento social, do qual fomenta a reflexão adequada do papel do gênero, além de auxiliar na desconstrução de gênero como díade - masculino e feminino, fortalecendo o indivíduo para lidar com a condição de adjeto a que lhe é imposta, buscando além de garantir um ambiente seguro para as pessoas trans, uma maior qualidade nos diversos âmbitos da vida para garantir mais que os direitos civis mas o da justiça, igualdade e felicidade. Entre eles, no âmbito escolar, o papel do psicólogo é sobretudo o preventivo, onde através dos mais variados dispositivos, como oficinas, junto aos docentes e discentes, o questionamento das verdades postas quanto à sexualidade e ao gênero, ou através de discussões sobre as formas de homofobia e as atitudes de discriminação fundamentadas no sexo, o profissional possibilita aos alunos o desenvolvimento de novas “verdades” ou formas de pensar, funcionando nestes locais como um elemento catalisador de reflexões, trabalhando desde a base com as diferenças e buscando a minimização do preconceito e apartação da população transexual das salas de aula (PICCHETTI, 2012).

Souza, Costa e Rodrigues (2021), também ressaltam a importância da presença do psicólogo no mercado de trabalho, sendo um propagador e defensor do direito dessa população, contribuindo com sua visibilidade e identificando espaços em que a discriminação ocorre, o motivo e o perfil das pessoas que a cometem, buscando assim diminuir as barreiras e criar um espaço de diálogo e de informação que fomente a sensibilização e a desmistificação do preconceito.

Outra área importante da atuação do profissional de psicologia, de acordo com Maksoud, Passos e Pegoraro (2014), é com relação ao processo de confirmação do diagnóstico de transexualidade, onde um dos requisitos para o tratamento e cirurgia é o acompanhamento terapêutico. Nesta etapa de vida do indivíduo, o papel do psicólogo na equipe multidisciplinar,

segundo o Conselho Federal de Psicologia, é o realizar avaliações com viés não patológico, buscando compreender as circunstâncias de vida, pautando em sua autonomia e respeito com relação as suas decisões, auxiliando na criação de recursos de enfrentamento em todas as esferas de sua vida, proporcionando assim mudanças, crescimento e afirmação.

Entretanto, a primeira dificuldade encontrada na psicoterapia, além do estabelecimento da aliança terapêutica, é o trabalho do auto preconceito, pois muitos detêm de si uma autoimagem desviada ou como um bicho, devido tantas injustiças ocorridas ao longo de sua história.

Cabe então ao profissional de psicologia buscar o desenvolvimento dessa identidade através da interação dos personagens assumidos pelo indivíduo, ou seja, auxiliar o cliente a se permitir abandonar um personagem, para que outro surja, visto que somente com a superação da antiga identidade e a concretização da metamorfose se alcançara a emancipação tão almejada. Ressaltando sempre ao mesmo, que sua salvação ou condenação não está na medicina, mas em si mesmo e no se aceitar como indivíduo (PACHECO; CIAMPA, 2006; MAKSOU, PASSOS E PEGORARO, 2014).

Outro ponto a ser discutindo ainda durante o trabalho com o cliente é o preconceito social, visto que ali o indivíduo tem a possibilidade de refletir sobre como as pessoas têm dificuldades para perceber, aceitar e respeitar as diferenças.

Para isso, é importante que o profissional tenha uma boa capacitação e esteja apto a diminuir os incômodos, os sentimentos de exclusão e a discriminação por desconhecimento ou curiosidade, o que, por vezes pode gerar uma tentativa de possibilitar uma cura ou uma pretensão da desistência da cirurgia e intervenções necessárias (MAKSOU, PASSOS; PEGORARO, 2014).

Diante de tão graves consequências ao indivíduo transexual e a família, se faz fundamental, a criação de campanhas de políticas públicas de promoção humana e conscientização, com a finalidade de que a família opere sobre o transexual a função de formadora do ser humano, não produzindo males para o mesmo. Pois o preconceito intrafamiliar fere os direitos fundamentais de integridade psicofísica, assim como, o seu direito de ter dignidade (PARDINI; OLIVEIRA, 2017).

Nesse contexto, é indispensável pela prática psicológica que se ampliem projetos nos quais sejam trabalhados os medos, anseios, angústias e dúvidas das famílias frente ao processo de transição de gênero, discutir formas e estratégias em que a família possa respeitar e apoiar a identidade de gênero das pessoas trans. Além de trabalhos pedagógicos, também com a sociedade em geral, discussões que levem a desconstrução dos gêneros e seus papéis sociais, bem como a promoção da compreensão e consciência sobre as diferenças individuais para eliminação dos estereótipos depreciativos com relação a esta população e alcançando assim a superação da ideia de que um é superior ou inferior ao outro (CIAMPA, 2012; PARDINI; OLIVEIRA, 2017).

5. Considerações Finais

Esta pesquisa possibilitou ampliar o olhar sobre o universo transexual, o processo de metamorfose e suas necessidades em busca da autonomia dessa população. Estas discussões, embora importantes para a construção de uma sociedade democrática ainda ocorrem de forma centralizada perpetuando um ciclo de exclusão, preconceito e invisibilidade desta identidade. Para atingir a compreensão dessa realidade foi identificadas as características da identidade transexual, compreensão do processo de inclusão e exclusão do transexual nas instituições de ensino, mercado de trabalho, serviços de saúde e no âmbito familiar.

Percebeu-se a necessidade de políticas públicas que assegurem os direitos básicos e essenciais dessa parcela de pessoas. Se faz fundamental a criação de campanhas que promovam conscientização social, em especial com o foco no núcleo familiar, visto ser essa a base da sociedade e base de apoio do ser humano, com a finalidade de que a família compreenda sobre transexualidade, para que a pessoa transexual tenha recursos para enfrentar os preconceitos.

Esta parcela da população é constantemente considerada passível de generalizações equivocadas e reducionistas que atrelam ao transexual o diagnóstico de “traveco”, “aberração”, “vergonha da família”, “não é mulher/homem de verdade” entre outros, esta diagnóstica social, pode ser concebida como uma alegoria à falta de manejo que a sociedade contemporânea tem pra lidar com as particularidades deste público, criando-se uma limitação preocupante na maneira de enxergar e se relacionar com este público tanto nas esferas familiares quanto públicas.

6. Referências

- ALMEIDA, C. B.; VASCONCELLOS, V. A. Transexuais: transpondo barreiras no mercado de trabalho em São Paulo? *Revista Direito GV*, v. 14, n. 2, p. 302-333, 2018.
- BORGES, A. L. V.; NAKAMURA, E. Normas sociais de iniciação sexual entre adolescentes e relações de gênero. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, v. 17, n. 1, p. 94-100, fev., 2009.
- BRASIL, Ministério da Saúde. Redefine e amplia o processo transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). Portaria n. 2.803, de 19 de novembro de 2013. Brasília. Ministério da Saúde, 2013. Online. Disponível em <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html> Acesso em: 26 out., 2018.
- CARDIN, V. S. G.; BENVENUTO, F. M. Do bullying ao transexual no seio familiar como violência velada: uma afronta à dignidade da pessoa humana. *Revista Jurídica Cesumar - mestrado*, v. 13, n. 1, p. 106-130, 2013.
- CIAMPA, A. C. A estória do Severino e a história de Severina. 9ª reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2007
- CIAMPA, A. C. Identidade. In: Wanderley, C.; Silvia, T. M. L. (Orgs.). *Psicologia social: o homem em movimento*, pp. 58-75, São Paulo: Brasiliense, 2012.
- CORRÊA, S. O. E MUNTARBHORN, V. (orgs.). *Princípios de Yogyakarta: princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero*. Disponível em: <http://www.clam.org.br/pdf/principios_de_yogyakarta.pdf>. Acesso em: 09 set., 2018.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6ed. São Paulo: Atlas, 2008
- GOMES, R. et al. Gênero, direitos sexuais e suas implicações na saúde. *Ciênc. saúde coletiva*, v. 23, n. 6, p. 1997-2006, jun., 2018.
- JESUS, J. G. Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião, 2.ed. atual e rev. Brasília: UFG, 2012.

E-Book. Disponível em: <http://www.diversidadese sexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/GÊNERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>

JOAN, S. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Gênero e Educação, Educação e Realidade*, v. 20 n. 2, p.71-99, 1995.

LANZ, L. O corpo da roupa: A pessoa transgênera entre a agressão e a conformidade com as normas de gênero. 2014. 342 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

LIMA, A. F. Metamorfose, anamorfose e reconhecimento perverso: a identidade na perspectiva da Psicologia Social Crítica. São Paulo: FAPESP, EDUC, 2010.

MAKSOU, F. R.; PASSOS, X. S.; PEGORARO, R. F. Reflexões acerca do transtorno de identidade de gênero frente aos serviços de saúde: revisão bibliográfica. *Revista Psicologia e Saúde*, v. 6, n. 2, p. 47-55, 2014.

MADLENER, F.; DINIS, N. F. A homossexualidade e a perspectiva foucaultiana. *Revista do Departamento de Psicologia - UFF*, v. 19, n. 1, p. 49-60, jan.\jun., 2007.

MIRANDA, E. R. Transexualidade e Sexuação: O que pode a psicanálise. *Revista Trivium Est. Interd.*, n. 7, n. 1, p. 52-60, 2015.

NATAL-NETO, F. O.; MACEDO, G. S.; BICALHO, P. P. G. A criminalização das identidades trans na escola: Efeitos e resistências no espaço escolar. *Psicologia: Ensino e Formação*, v. 7, n. 1, p. 78-86, 2021.

OLIVEIRA, L. G. Gênero e sexualidade na perspectiva da diversidade sexual. Governo do Estado do Paraná, 2021. Disponível em http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2021/2021_pdp_hist_ufpr_lucianagaragnani.pdf. Acesso em 05. nov., 2018.

PACHECO, K.; CIAMPA, A. O processo de metamorfose na identidade da pessoa com amputação. *Acta Fisiátrica*, v. 13, n. 3, p. 163-167, dez., 2006.

PARDINI, B. A.; OLIVEIRA, V. H. Vivenciando a

transexualidade: o impacto da violência psicológica na vida das pessoas transexuais. *Psicologia - Saberes e Práticas*, v. 1, n. 1, p. 110-118, 2017.

PICCHETTI, Y. P. Sexualidade e relações de gênero na escola: um diálogo com a orientação à queixa escolar. *Estação Científica (UNIFAP)*, v. 2, n. 1, p. 69-79, 2012.

PIZZI, R. C.; PEREIRA, C. Z.; RODRIGUES, M. S. Portas entreabertas: O mercado de trabalho sob a perspectiva de travestis e mulheres transexuais. *Revista Brasileira de Estudos Organizacionais*, v. 4, n. 1, p. 320-352, 2017.

RIBEIRO, L. Ciência: Homossexualismo e endocrinologia. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, v. 13, n. 3, p. 498-511, set., 2010.

ROCON, P. C. et al. O que esperam pessoas trans do Sistema Único de Saúde?. *Interface comunicação, saúde e educação*, v. 22, n. 64, p. 43-53, 2018.

SOUZA, D. E. S.; COSTA, B. L. S.; RODRIGUES, E. M. A inserção de pessoas transexuais e travestis no mercado de trabalho. In: XII CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E III

INOVARSE - RESPONSABILIDADE SOCIAL APLICADA, 12., 2021, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: Ferjan - Federação das indústrias do Rio de Janeiro, 2021. Online.

YOSHIDA, L. A. M. et al. Transexualismo: Uma visão psicanalítica. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, v.4, n. 2, p. 92-112, abr.\jun., 2001.